

Investigação com a população de rua em tempos de pandemia¹

Autora: Regina Medeiros – PUC Minas

Co autores: Abdou Faye Lahat; Alan Gott; Ana Carolina Oliveira Costa – PUC Minas

1 Introdução

Esse artigo propõe discutir como se configurou o desenho de uma pesquisa em desenvolvimento, com as pessoas que vivem nas ruas da região central de Belo Horizonte (Minas Gerais - Brasil), a partir do surgimento da pandemia, especialmente sobre os desafios encontrados nas experiências dos pesquisadores para a continuidade dos estudos. Para situar o leitor, em primeiro lugar, será feita uma breve apresentação da referida pesquisa.

2 A pesquisa em desenvolvimento

Em agosto de 2019, iniciamos uma pesquisa etnográfica, nas ruas centrais da cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais - Brasil), para verificar as seguintes questões: Como as pessoas que estão em “situação de rua” e as que “moram na rua” compreendem os espaços urbanos de uso e de apropriação, e os códigos culturais? Como constroem suas identidades? Quais as estratégias para conseguir meios para a sobrevivência, a gestão dos riscos, as expectativas em relação à sociabilidade e a construção de laços? Como lidam com o afeto e a sexualidade? Qual é a percepção de uso de drogas e como fazem uso delas? Como avaliam os equipamentos públicos e os códigos de acesso? Qual é a influência do contexto social, econômico e político na construção das identidades, sistema de significado e percepção sobre a vida na rua?

Assim, o objetivo deste estudo é analisar as vidas dos grupos que “moram na rua” e dos grupos que estão “em situação de rua” da região central da referida cidade, suas peculiaridades, universo simbólico, linguagem, noção do corpo e do afeto, as interações sociais e laços, o conhecimento e manejo dos espaços urbanos, usos de drogas, táticas para sobreviver, elementos de construção de identidades e visões de mundo.

A complexidade do fenômeno urbano, particularmente relacionado à moradia e às inúmeras maneiras de disputar e negociar os lugares, influencia para que uma diversidade de pessoas se aglomere nos espaços públicos e lute pela sobrevivência, apostando em uma maneira de conseguir alimentação, lugar pra dormir, uma fonte de água ou torneira para lavar o corpo e as roupas, as estratégias para conseguir prazer e bem-estar. Em geral, essas

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa financiada PROBIC PUC Minas/CNPQ, intitulada “Morar na rua e estar em situação de rua. Estudo etnográfico na região central de Belo Horizonte”.

pessoas estão sozinhas ou acompanhadas de outros ou de familiares, abrigadas de maneira precária, provisória, vulnerável e em condições inseguras e arriscadas. Embora a vida de rua seja uma realidade nas grandes cidades, no momento atual, dado às crises políticas, econômicas e sociais instauradas no Brasil e em outros países, associado às novas tecnologias que facilitam informações, a mobilidade e os processos de migração, tem se observado um crescente número de personagens nessa situação.

Por essa razão, a vida na rua e as pessoas que nela se instauram é um fenômeno intrincado e entrelaçado por uma diversidade de elementos particularizados, de sentidos e de uma variedade de motivações que incita e encoraja uma parcela da população a fazer escolhas que podem conduzir à miséria, ao rompimento de vínculos sócio-afetivo-familiar temporário ou duradouro ou encontrar uma saída para o sofrimento provocado pelas mazelas sociais.

A decisão de viver sem endereço fixo ou no espaço público das cidades interfere justamente nas expectativas e projetos futuros, na busca de estratégias de subsistência para suprir as necessidades básicas de qualquer ser humano, para acessar os serviços públicos disponibilizados. Influencia também na forma de perceber o mundo, na noção sobre o exercício de cidadania e nas maneiras de enfrentar o cotidiano cercado de incertezas, desesperanças, humilhação, vergonha, indignidade, injustiça e desigualdade social. Apesar de constituir um cenário heterogêneo, variado e desafiante, as políticas públicas elaboram projetos e programas para acudir aos anseios dessa população, baseado em protocolos únicos, universais e absolutos que acabam por atender paliativa e parcialmente suas necessidade e as suas demandas, sem levar em conta as peculiaridades individuais e coletivas de cada grupo que vive na rua.

Por outra parte, embora existam relevantes estudos, especialmente no campo das ciências sociais no âmbito nacional e internacional, é ainda incipiente o número de pesquisas que enfoquem a vida na rua e as características do universo de grupos que se consideram “moradores de rua” e dos que estão em “situação de rua”. Nos últimos anos têm se observado que importantes pesquisas são realizadas e que privilegiam essa população. Porém, elas estão centradas, em geral, em problemática muito específica como, por exemplo, o caso do *crack* ou outras drogas, conforme Uchoa (1996), Saporì e Medeiros (2010), Medeiros (2008), Rui (2012), Souza (2016), Bourgois (2010), Alves (2015), Frugoli e Spaggiari, (2010), entre outros.

É possível afirmar que existem pessoas que se agrupam nos espaços públicos por uma determinada circunstância, temporariamente e de passagem, que denominamos “em

situação de rua”. Por exemplo, os desempregados, os que romperam os laços de trabalho, familiar e afetivo, imigrantes, entre outros. Diferentemente dos que se autorreconhecem como em situação de rua, existem aqueles que consideram a rua como lugar de moradia (morador de rua), que fizeram opção por viver nessas circunstâncias ou que, por falta de outras alternativas, se instalaram nesse espaço e se apropriaram dele e se autoidentificaram como residentes da rua. Existem ainda aqueles que nasceram na rua ou que nunca tiveram a casa (no sentido comum) como referência de vida e constroem seu contexto social aí.

Embora a maioria dos estudos, as políticas públicas e os discursos midiáticos articulados sobre essa população específica não faça uma diferença entre morar na rua e estar na rua, nas falas das pessoas que vivem nessas contingências, em seus depoimentos, nos comportamentos, nas formas de organização, expectativas, interações sociais e a percepção dos espaços públicos, é notável a diferença e é possível assegurar que a condição em que se encontram (como morador ou como passageiro) é referência fundamental para a construção da identidade social.

Seguramente, o fato de “estar” ou “morar” na rua influencia na maneira de visualizar o mundo, na subjetividade, história de vida, nas perspectivas, na busca de recursos para sobreviver, no desenho de projetos futuros, na construção da rede de relações, uso dos recursos públicos, na noção de cidadania, de autonomia e liberdade, na expectativa de formar ou resgatar laços afetivos e sexuais e no uso de substâncias psicoativas. É evidente que o fenômeno viver na rua, seja temporariamente ou em definitivo, pode variar de acordo com o cenário político, econômico e social que interfere diretamente no aumento ou na diminuição dos agrupamentos de pessoas nessa situação e no perfil dessa população.

Por outra parte, o fato de dar visibilidade social a esse fenômeno ou ofuscá-lo está relacionado aos interesses ou estratégias políticas, econômicas e sociais, seja em determinados períodos ou em certas situações em que tornar esse fenômeno visível ou invisível se torne uma tática para justificar, negociar, controlar e exercer o poder. Como consequência, esse artifício acaba por reforçar ou reproduzir os lugares sociais marginais cronificados, de “cronicidade” (Medeiros 2010), que agrupam os perigosos da cidade indicados como responsáveis pelos problemas públicos, seja no âmbito da segurança, nos aspectos morais, de saúde e de trabalho e para invocar programas de políticas, planos de ação e de intervenção urbana para dar respostas eficazes a essa problemática.

Em geral, as propostas políticas têm um caráter superficial, imediato, com aparentes aspectos contraditórios e sem o compromisso de atender às demandas, necessidades e desejos da população alvo reproduzindo, dessa forma, o desmedido e contínuo fenômeno.

3 Procedimentos metodológicos

Como proposta metodológica para os estudos sobre desvio, estigma social e sobre a realidade complexa dos grupos que vivem em uma condição de marginalidade, a etnografia tem sido considerada a mais apropriada (Romaní, 1000; MacRae, 2006; Adorno, 2013; Frangela 2009). Para conseguir entender as experiências e compreender o que ocorre no cotidiano da sobrevivência da vida na rua, é fundamental e recomendável que o pesquisador leve em conta, além da escuta das narrativas, as observações *in loco*, preferencialmente as interações sociais, a rotina diária, eventos imprevisíveis e os rituais, considerando o protocolo ético-metodológico, respeitando as fronteiras entre público e privado, as limitações de acesso, os códigos de comunicação e de vivência, as transformações dos lugares, a mutabilidade individual ou coletiva, motivado por diferentes razões, obedecendo a lógica própria construída pelo grupo no mundo da rua.

É importante, também, desenhar os trajetos e os fluxos dos atores sociais e, para tal, é necessário transitar e conhecer diferentes pontos do centro da cidade pelos quais eles circulam e inteirar-se dos critérios usados por eles para classificar e hierarquizar os territórios urbanos e compreender a definição dos lugares escolhidos para estabelecer moradia. Tem-se observado, na maioria dos estudos científicos que, pelas próprias características e contextos sociais, esses grupos elegem os locais da cidade mais “seguros”. De maneira geral, são priorizadas as áreas centrais por onde circula uma diversidade de transeuntes por diferentes razões, onde existe uma heterogeneidade na divisão social do trabalho e a garantia do anonimato.

Embora, sejam nos centros urbanos, os lugares de referência escolhidos, na maioria das vezes, são degradados, sem condições sanitárias, escuros e com pouca circulação de pedestres: debaixo dos viadutos, prédios abandonados, edificações públicas em desuso em determinados períodos do dia como, por exemplo, nas portarias e nas marquises de instituições públicas e repartições comerciais com funcionamento em horário comercial, banca de revista etc. São esses os territórios “protegidos”, tanto das vistas dos cidadãos comuns, como dos representantes legais e formais do esquema de controle social. Nas mensagens divulgadas nos veículos de comunicação de massa e no discurso popular, esses grupos são considerados “problemáticos” que, na perspectiva de Fernandes (2010), é “quando adquirem uma dimensão fortemente visível no espaço público, são um dos problemas com que se defrontam hoje as políticas de cidade” (p.9).

Nessa pesquisa, para acercar ao contexto social dessa população específica e obter conhecimento sobre seu estilo de vida, o uso e apropriação de determinados espaços urbanos, das interações sociais, sistema de significados, forma de organização, lógica na construção das normas e regras, biografias, a posição dos corpos e as práticas sociais, foi

imprescindível criar um clima de confiança entre o pesquisador e os atores sociais, como é recomendado nos estudos etnográficos (Rui, 2012; Adorno, 2015; Raupp, 2011; Frangela 2009, Epele, 2010; Malvasi, 2014; Kasper, 2006; Magni 2006; De Lucca, 2009; Carneiro, 2016).

Foi necessário traçar um mapeamento pelo centro da cidade de Belo Horizonte, especialmente nos lugares onde é possível observar a visível concentração de pessoas que vivem na rua. Nesse itinerário, foi constatado que os lugares priorizados pelos nossos interlocutores são aqueles que facilitam o acesso aos serviços sociais e assistenciais. São aqueles onde possam conseguir arrecadar alguns centavos, seja pelo trabalho informal, bicos ou esmola. Locais que garantem a mobilidade caminhando a pé, que contam com praças e parque para descansar, dormir, lavar roupas, tomar banho e que garantem o anonimato pela invisibilidade deles.

Ainda que o centro da cidade seja composto por várias ruas e avenidas, em geral as pessoas que vivem na rua se organizam ou se deslocam motivados pelas pressões externas, devido às constantes perseguições policiais, conflitos com outros moradores ou com comerciantes, pelas condições meteorológicas ou por decisões internas dos membros do grupo. De toda forma, foi perceptível que nesses lugares podem contar com alguma forma de proteção, ajuda mútua, sociabilidade e, inclusive, conseguir alguma forma de trabalho, seja lícita ou ilícita.

A trajetória foi feita juntamente com os moradores de rua e com os que se encontram em situação de rua, desenhando um mapa com a delimitação espacial, simbólica e relacional, subsidiada em códigos de conhecimento, experiências, padrões e comunicação compartilhada entre os que nele habitam. Nesse processo, tivemos a oportunidade de caminhar a pé juntamente com as pessoas que compõem o universo da pesquisa, como recomenda Ingold, 2005 e Marques, 2006. Afirma Ingold que mapear não é fazer com “vista de pássaro” e sim percorrer territórios, apreendendo os lugares por meio dos sujeitos que neles vivem, ou seja, a “vista nativa”.

Dessa forma, é possível captar os significados que foram construídos “ao longo das muitas trilhas que compõem um território, ao longo das quais as pessoas vão e vêm na vida prática”. (Ingold, 2005, p. 87). Essa etapa foi marcada também pela entabulação de conversas produtivas com o objetivo de obter informações, decodificar códigos de comunicação e conhecer as normas, punições recorrentes nas interações entre eles, entre eles e as pessoas que compõem seu entorno, para observar a rotina diária, familiarizar-se com o ambiente e, especialmente, para criar vínculos de confiança que garantem a continuidade do estudo etnográfico.

Berreman (1980, p.141), em seu trabalho etnográfico realizado no Himalaia, explica que o etnógrafo surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado. As impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados aos quais será capaz de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho. Entre si, o etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público. Têm que julgar os motivos e demais atributos de uns e do outro com base em contato breve, mais intenso, e, em seguida, decidir que definição de si mesmos e da situação circundante desejam projetar, o que revelarão e o que ocultarão, e como será melhor servir aos seus interesses, tal como você os vê.

Diferentes estudos têm demonstrado que os grupos marginalizados, como aqueles formados por pessoas que vivem na rua, não se organizam de forma homogênea (Sapori & Medeiros, 2010), pois obedecem a uma lógica particular para dar sentido ao seu universo e fazem uso e/ou se apropriam dos espaços de forma diferentes das ruas centrais da cidade, como foi notado nesta pesquisa.

Por essa razão, é possível afirmar que não existe um perfil único e absoluto das pessoas que vivem na rua, ainda que, quando agrupados, aparentam ser publicamente “suspeitos”, perigosos e de risco para a sociedade, despertando sentimento de medo, de vergonha, insegurança ou provocando raiva, discriminação e preconceito ou, ainda, indiferença. Como afirma Magnani (2002), fazer etnografia é compreender os espaços e seus usos de perto e de dentro. Conhecer essa trajetória, suas bases de sustentação, os estilos de vida e os significados simbólicos, só é possível com a aproximação do pesquisador ao cotidiano desses atores sociais.

Até essa etapa da investigação, foi possível também compreender que as pessoas que se autorreconhecem como “moradores de rua” e aqueles que se consideram passageiros ou temporários, em “situação de rua”, maneiras diferentes de acessar aos serviços públicos de abrigo. Por exemplo, os temporários buscam para dormir os equipamentos públicos, albergues e centros de referência e recorrem aos serviços oferecidos, como banheiros da rodoviária e restaurantes populares. É notável que os que estão em “situação de rua”, em geral, andam sozinhos e não se agrupam com facilidade. Diferentemente, as pessoas que moram na rua estão, em geral, em grupo, dormem em determinadas áreas, se alimentam do que recebem pelos doadores assistenciais, religiosos ou donos de restaurantes ou fazem a própria comida em fogões improvisados.

Em meio à investigação de campo, a pesquisa foi interrompida pela pandemia.

4 A pesquisa em campo e a imponderável pandemia de Covid-19

Em março de 2020, flagrado de surpresa pela pandemia e seguindo as recomendações dos órgãos oficiais de isolamento social, evitar aglomerações, manter higiene pessoal com a prática de lavar as mãos com sabão, ou uso de álcool gel com frequência, a pesquisa empírica foi suspensa. Em um primeiro momento, os pesquisadores seguiram rigorosamente a recomendação de “ficar em casa” com a certeza de que seria por período curto de tempo.

Porém, o cenário da pandemia se agravou e, devido às poucas informações sobre a rede de transmissão, tratamento, falta de recursos vacinais para a prevenção da doença e o alto índice de mortes trágicas provocada pela Covid-19, o trabalho de campo, que implicava a relação presencial e um contato face a face com os interlocutores, foi definitiva e bruscamente interrompido.

A pandemia se transformou em divisor de águas, ou um tempo de antes/passado e um tempo de agora/presente, desabilitou o tempo e o espaço da liberdade individual e transformou o cotidiano em espaço de exílio, solidão e de insulamento, evidenciado pela experiência de incerteza, ameaça, sofrimento e morte.

Qual é a dimensão do tempo que está registrada em categorias classificatórias e que coloca em jogo as percepções sobre a vida e a morte (anunciada?) Quem vai morrer, qual é a população de risco, quem deve ter o privilégio ou quem será escolhido para aceder aos recursos tecnológicos para viver/sobreviver? Quem é o morto de Covid-19 e como será o ritual de enterro e em que cova será enterrado? Qual é a extensão do tempo para produzir informações, vacinas, medicação, insumos em meio à pandemia? Questões diversas, como essas, germinavam, quase que sem controle, em todos os cantos e territórios.

Diante das trágicas mortes e sofrimentos, a urgência para produzir conhecimento parecia desenfreada, sem fôlego, não refletida, compulsiva, marcada pela emoção e, baseada no debate imediato das perdas, convocava um posicionamento do pesquisador para produzir conhecimento, editar, recolher e compartilhar informações.

No clima de desalento e medo global, ainda era possível indagar: o que fazer com as pesquisas em curso?

Em face do clima de frustração, tendo disponível inúmeras páginas de registro de observações em diários de campo, territórios mapeados, relações de confiança construídas com os nativos, volume significativo de consulta a pesquisas acadêmicas realizadas em universidades brasileiras e estrangeiras, análise documental, informações variadas, pulverizadas e desagregadas obtidas no campo empírico e nas narrativas dos interlocutores, a equipe passou a avaliar o processo de pesquisa e a necessidade de fazer novos arranjos, que como pondera Magnani (2012).

Em suma, a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas e indícios soltos num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa: Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: com um alcance diferente da explicação nativa, referida a seu próprio contexto, pode agora ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que a pergunta ou hipótese inicial do pesquisador pois tem como base e referente o concreto vivido. (Magnani, 2012, p.266).

O cenário é real, concreto e não imaginário. Com a pesquisa empírica comprometida, era necessário inventar novas formas de fazer o trabalho etnográfico.

5 O concreto vivido

A pandemia de Covid-19, com alto índice de contaminação interpessoal, de crescente expoente de letalidade, propagação global e que incita questionamentos e incertezas sobre o período de incubação, a possibilidade de reinfeção, as dimensões de estacionamento do vírus, as características pessoais dos casos mais graves, a transmissão, a origem virótica, a estrutura e composição do vírus e a respectiva disseminação e reprodução. Isso tudo provocou desafios, especialmente para os pesquisadores que investiam na busca de respostas sólidas, sobretudo no âmbito da saúde pública para soluções terapêuticas, bloquear o aumento de números de óbitos, solucionar os problemas gerados pela superlotação dos serviços de atenção à saúde e para encontrar mecanismos para reduzir o sofrimento provocado pela doença.

Esse fato traz como efeito a solidariedade já evocada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não só no que concerne à socialização e à troca de conhecimentos, mas também de experiências científicas, inclusive de eventos pandêmicos de enfermidades infecciosas do passado, reproduzida de outra maneira no cotidiano, principalmente dos moradores das cidades. Observa-se, em especial no caso da Covid-19, nos países como o Brasil, onde a desigualdade social é imperante, incitou um apelo às práticas sociais de solidariedade desenvolvidas sobretudo entre as populações que se encontram em situação vulnerável econômica e socialmente que se organizam espontaneamente ou por meio de sindicatos, conselhos, organizações não governamentais e associação de vizinhos como alternativas às (não)respostas e ações governamentais.

Por outro lado, observa-se o uso exacerbado de tecnologias que possam garantir a continuidade da vida social e de pesquisas em tempos de pandemia, não para todos, mas para determinados segmentos sociais. Beck (1986) ressalta que a inovação tecnológica pode ser uma importante ferramenta para a solução de problemas sociais, sobretudo de informação, comunicação, interação social e para a remodelagem da vida cotidiana por meio

dos aparelhos capazes de intermediar os contatos pessoais. Ainda que esses dispositivos estejam disponíveis nos mercados, grande parte da população, especialmente nos países onde a desigualdade social é marcante, como o Brasil, as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por exemplo, as pessoas que vivem nas ruas, não têm acesso a eles ou a outros grupos que têm acesso precário e insuficiente para solucionar os grandes desafios apresentados pelo isolamento social.

No caso da Covid-19, a partir das primeiras pesquisas e de achados científicos sobre o perfil da população mais exposta aos riscos e baseado na experiência de Aids, sobretudo em sua fase inicial, foi criada a categoria “grupos de risco”, que inclui os grupos vulneráveis socialmente, como, por exemplo, as pessoas que vivem nas ruas. Essa categorização acaba por discriminar ainda mais essa população específica, produzindo consequências graves para a estrutura psíquica das pessoas.

O sociólogo Castel (1987), em seus estudos sobre perturbações mentais e psicanálise, já alertava que “um risco não resulta da presença de um perigo preciso, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de risco) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis.” (p. 125). As políticas públicas, no contexto institucional, apoiadas pelos conceitos epidemiológicos de risco, com frequência responsabilizam os sujeitos individualmente pelos riscos e pela doença e propõem medidas de controle e vigilância, com implicações éticas e políticas, deslocando, dessa forma, a ideia de prevenção para precaução como já demonstrava Ewald (1996).

Nessa perspectiva, Godard et al. (2002) põem em pauta a cultura de segurança, a maneira de gestão de crise e as ações para o enfrentamento dos novos riscos. Com efeito, a população, ao invés de sentir-se protegida, desacredita das medidas adotadas e perde a confiança na administração das instituições políticas e sociais, incluindo o Estado, no que concerne ao projeto coletivo.

Apesar da hierarquia social, as orientações dos órgãos oficiais são absolutas, generalizadas e direcionadas às pessoas indiscriminadamente, como, por exemplo, praticar o isolamento social, “ficar em casa”. Essa recomendação, para ser seguida, implicaria necessariamente ter uma casa com suficiente espaço para acolher todos os membros da família, segura de contaminação pela Covid-19, que oferece proteção às mulheres - em tempos de altas taxas de violência doméstica e feminicídio-, às gestantes e às crianças.

No caso das pessoas que vivem nas ruas, essa situação se torna ainda mais agravante, pois, para os que moram ou que estão em situação de rua, a casa é o espaço público da rua. Elas não contam com lavatórios públicos e disponíveis para a higiene pessoal, não têm acesso aos restaurantes populares para garantir a alimentação no cotidiano, não têm recursos para a compra de kit de proteção, não contam com informação precisa sobre a situação da pandemia e não têm acesso aos serviços médicos. Elas ficaram desamparadas,

ao léu e ao relento nas ruas centrais e vazias da cidade de Belo Horizonte. Lá estavam os nossos colaboradores ilustrados, nativos e menosprezados pelas políticas públicas e expostos ao vírus invisível e cruel que provocava o pânico global.

Eles que já eram rejeitados socialmente, distanciados do convívio dos demais cidadãos, passaram a ser esquecidos e deixados à própria sorte, isolados no meio das ruas no momento da pandemia e responsabilizados pelo cuidado de si e dos outros, sem nenhum recurso e sob o controle e vigilância sanitária - simbólica ou ostensiva - dos comportamentos, da mobilidade, do uso de material de proteção em espaços públicos e evitamento das aglomerações.

Diante desse imbróglio, associado ao medo, sentimentos de culpabilidade, ameaça, depressão, solidão, insegurança, incerteza e angústia, a equipe de pesquisa se encontrava desapontada em seus objetivos acadêmicos, refletia e avaliava os possíveis arranjos. As informações obtidas e fragmentadas não eram suficientes para concluir uma pesquisa. A outra forma de dar continuidade, por exemplo, por meio digital, era impossível, dada a carência de recursos dos nossos colaboradores que encontravam entraves até mesmo para garantir as necessidades mais básicas de um ser humano e para aceder os serviços de saúde, de segurança e sem custódia social coletiva.

Como aponta Santos (2020), a pandemia de coronavírus revela modos de vida no contexto contemporâneo em um sistema político neoliberal e é, certamente, de emergência sanitária, social, cultural e política, ofusca estruturas sociais de profundas desigualdades e desperta determinadas questões que inquietam pesquisadores, sobretudo nas áreas das humanidades e das ciências sociais.

Diante das incertezas, outras questões surgiram: Como fazer observação e como dar continuidade à escuta das narrativas dos nativos? Vale a pena arquivar os achados de campo? Será conveniente propor outra pesquisa com outros grupos sociais, outros objetivos e com uma metodologia adequada ao contexto da pandemia?

É certo que a pandemia revela, retroalimenta e catalisa novas formas de relações sociais e culturais, desvela as desigualdades, a discriminação e a divisão social (Nunes, 2020). A pesquisa empírica ficou afetada no plano do real e era necessário buscar outra saída no plano do imaginário para idealizar novas formas de fazer trabalho etnográfico e, ao mesmo tempo, colocou em pauta o debate sobre a produção científica no campo das ciências sociais e o lugar confortável/desconfortável do pesquisador no campo de investigação.

Entre o inesperado e o real, a pandemia se caracterizou como estorvo multifatorial de múltiplos sentidos que, de fato, interpelou a pesquisa etnográfica, provocando desconforto e desalento aos pesquisadores. Como bem ensinado pelos antropólogos clássicos, um dos princípios básicos dos estudos etnográficos é o contato direto com os nativos. Porém, na impossibilidade dessa reunião, muitos pesquisadores tomaram a decisão de recuar, adiar ou

de redimensionar a pesquisa empírica com a intermediação da tecnologia. Outros mudaram o foco da investigação etnográfica tradicional, direcionando para a pesquisa documental ou tomando as redes sociais como um campo de investigação etnográfica no ciberespaço.

Certo é que foi necessário ajustar a maneira de silenciar no plano presencial as vozes dos nativos/interlocutores e desenhar um projeto que possibilitava analisar o contexto e as narrativas dos personagens por meio de documentos escritos, registrados nas pesquisas de caráter quantitativo, estatístico, nos depoimentos em jornais, nas descrições de situações nos noticiários e depoimentos nas redes sociais, sem perder o debate teórico, de natureza ética e metodológica e sem desconfigurar a imagem do antropólogo.

Os documentos operam no mundo social. Eles são produzidos por pesquisadores que lançam mão de métodos próprios da pesquisa quantitativa. Os números definem o real e podem ser lidos, analisados e evidenciados, como, por exemplo, os registros escritos, fotografados e filmados pelos profissionais da comunicação que se acercam das pessoas para produzir informações. Por meio desses mediadores, o antropólogo pode interpretar os fatores, as relações, as possíveis manipulações e a intencionalidade do lugar de produção dos discursos e dos registros escritos para diferentes públicos. Essa alternativa põe em debate o conhecimento produzido, o valor científico das informações registradas em documentos e o risco de engendrar uma espécie de disputa da verdade. Qual é o tipo de conhecimento produzimos? Produzimos perspectivas, verdades?

As inovações contemporâneas no texto etnográfico são reveladoras da direção da antropologia a uma sensibilidade histórica e política de um constante refinamento, que está transformando a maneira como a diversidade cultural é retratada. As mudanças atuais, de maneira particular provocadas pela pandemia, convidam os antropólogos a refletir sobre o seu posicionamento na construção do conhecimento, nos conceitos, práticas de pesquisa, formas de inserir no campo uma discussão teórica e metodológica que direciona o agir eticamente no novo cenário marcado por acentuadas rupturas nos modos de vida, desconstruções e construções de sistema de significados.

6 De regresso à varanda

Ainda que a pandemia tenha acentuado e ampliado a era digital, que antes já era utilizada por uma parcela significativa da população, especialmente por determinados segmentos sociais, cabe perguntar de que forma podemos acessar o campo de pesquisa etnográfica? Como transformar o cenário, o palco presencial em uma tela de tecnologia e o que se ganha e o que se perde nesse processo? A linguagem algorítmica garante uma neutralidade do pesquisador? Ou essa mesma linguagem garante o distanciamento ou a familiaridade do pesquisador com o nativo? O digital molda a estrutura da lógica da produção? Como se apropriar do espaço digital como mecanismo para produzir

conhecimento? Como, de fato, fazer etnografia digital ou etnografia remota, reflexiva? Como se relacionar com as pessoas com a intermediação digital, sem “estar lá” no sentido dado por Geertz? Ou como estar lá e estabelecer um laço de confiança

com um estranho com a intermediação digital? Como acessar um estranho por meio de uma tela institucional? Como observar sem ser observado? De que forma observar sem ver as expressões e linguagem corporais? É possível garantir a continuidade, construir laços de confiança longe da relação face a face e estabelecer a interação social numa relação intermediada por um aparato tecnológico?

A pandemia põe em pauta o debate sobre os aspectos morais, éticos e metodológicos adaptando-se aos novos tempos, novas eras e novas realidades, o sentido atribuído ao conhecimento, às novas experiências, às descobertas de campo e a um modo novo de articulação como coletivo profissional.

A pesquisa social passa por significativas mudanças para se adequar às novas limitações impostas pelo distanciamento social com impacto no mundo inteiro. Pegos de surpresa, muitos pesquisadores não foram preparados para lidar com essas novidades técnicas, éticas e tecnológicas e se veem diante da necessidade de repensar seus projetos de pesquisa. Essa pode ser uma experiência angustiante, porém em nosso percurso antropológico aprendemos a entender o humano a partir de sua capacidade de adaptação e agência diante da incerteza.

O contato com o “outro”, a entrada e a imersão em seu universo, exige do pesquisador contato extensivo com seus interlocutores, pensar o social a partir de outras referências e a produzir uma matriz metodológica flexível e adaptável às diversas circunstâncias e demandas empíricas. De toda forma, o confinamento impactou a dinâmica dos processos de investigações, não somente nos âmbitos epistemológicos, éticos e metodológicos como também na escolha de temas e de universos contemporâneos.

Retornando à pesquisa que ora apresentamos, com pessoas que moram nas ruas ou que vivem em situação temporária de rua em caráter precário (tanto do ponto de vista de saúde, social, de segurança e de proteção), que saem em busca de recursos mínimos de sobrevivências, sem endereço fixo, torna totalmente impossível o uso de tecnologias de intermediação. Os que moram na rua e os que se encontram em situação de rua estão inscritos em “territórios de margem ou à margem” que, devido as suas práticas, *performances*, corpos e os espaços frequentemente considerados como estando à margem do Estado.

Esses territórios representam zonas de irregularidade, vicissitudes, desordem e imprevisibilidade. Os sujeitos que neles habitam são corpos não confiáveis, que podem ser simultaneamente tomados como vítimas de privações diversas e como potencialmente

perigosos. São personagens que se deslocam continuamente nos espaços físicos e espaços morais transportando o risco em seu corpo e na sua existência, configurando a ameaça e as mazelas sociais. Privados de recursos diversos, lhes resta, talvez como a única saída a autorresistência que pode ser traduzida no confronto diário entre a vida e a morte.

Nessa perspectiva, esse grupo não seria priorizado nas pesquisas sociológicas? Sem esse recurso e sem a possibilidade de acesso a ele, como operacionalizar uma investigação qualitativa com os grupos que vivem em situação miserável de vida?

Pessoas que se encontram nessas circunstâncias, dentre elas as pessoas que vivem na rua, e que se apropriam dos territórios urbanos, seriam excluídos das investigações no campo das ciências sociais. Para os pesquisadores que priorizam os seus estudos com essa população em particular, é um desafio ético, metodológico e convoca a uma reflexão urgente e comprometida sobre as demandas do trabalho de campo e a exclusão de determinados grupos sociais da produção de conhecimento científico. Não é um tempo de resposta, mas é um tempo da experiência de um fenômeno que impactou os mais diferentes campos da vida e que promete perdurar por uma larga temporada, com diferentes regimes de temporalidade, exigindo novas perspectivas de produção do conhecimento.

7 REFERÊNCIAS

ADORNO, R et al. Etnografia da Cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. In: *Sau & Transform Soc.*, 2013, 4, p. 4-13.

ADORNO, R. “A produção das cracolândias. Razões de mercado, pânico moral e elogio à violência do estado – a epidemia de uma miséria política brasileira”. IN: *Drogas e políticas públicas. Educação, saúde coletiva e direitos humanos*. Fernandez OFRL estatal (org.). Salvador. UFBA, 2015 291-305.

ALVES YDD. *Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, 2015.

BECK U. *Sociedade de risco. Rumo à modernidade*. São Paulo: Editora 34 LTDA, 2010.

BERREMAN, Gerard. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. IN: ZALUAR, Alba (org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. pp. 123-174.

BOURGOIS, P. *En busca de respeto. Vendiendo crack en Harlem*. Buenos Aires, Siglo 21 – 2010.

CARNEIRO, K. *Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2016.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos. Da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.

EPELE, M. *Sujetar por la herida: una etnografía sobre drogas, pobreza y salud*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FERNANDES, L; ARAUJO, T. *A vida em andamento. Para uma caracterização dos consumidores problemáticos de drogas em Guimarães*. Relatório de pesquisa. Universidade do Porto, 2010.

DE LUCCA, D. *Morte e vida nas ruas de São Paulo. Anais do Encontro Nacional de Antropologia e Direito*. USP. São Paulo, 2009.

FRANGELLA, Simone M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FRUGOLI Jr, H.; SPAGGIARI, E. *Da Cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no Bairro da Luz*. Pontourbe, 6, 2010.

INGOLD, T. *Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação*. *Religião e sociedade*. 2005; 26 (1); 76-110.

MACRAE, E; Vidal, SS. *A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas*. *Rev. Antropol.* vol.49 no.2 São Paulo July/Dec. 2006.

MAGNANI, JC C. *De perto e de dentro. Notas para uma etnografia*. *RBCS*, n. 49, vol. 17, junho de 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da Periferia do Centro. Trajetórias de pesquisa in Antropologia Urbana*. Prefácio de Peter Fry, pós-fácio Marcio Silva, São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012 (Antropologia Hoje).

MAGNI, CT. *Nomadismo. Uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Porto Alegre: Edunisc, 2006.

MALVASI, P. A. Além do consenso moral: o problema das drogas na perspectiva de jovens de periferias paulistas. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v1, p.87-109, 2014.

MARQUES, RS. Entorno, drogas e violência nas escolas: uma contribuição sobre a espacialidade no município de Belo Horizonte. IN: Medeiros, R. Medeiros, R (org) *A escola no singular e no plural. Um estudo sobre violência e drogas nas escolas*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006, 47- 83.

MEDEIROS, R. (org). *Redes Sociais: reflexões sobre as redes informais dos usuários de álcool e de crack*. Belo Horizonte: Ed. Gráfica Sigma, pp. 148-199, 2008.

-----Clínica e “Croni (cidade): impactos de usos /abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania.” IN: Saporì, L e Medeiros, R. *Crack. Um desafio social*. Belo Horizonte, PUC Minas, 2010.

----- Bêbados, “noiados e moradores de rua. Efeitos do proibicionismo e desafios das políticas públicas”. IN: *Drogas e políticas públicas. Educação, saúde coletiva e direitos humanos*. Fernandez OFRL et.al (org.). Salvador. UFBA, 2015. 51- 65.

NUNES, J. A pandemia de Covid-19: secularização, crise neoliberal e a vulnerabilização. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), 2020.

PICHON, P; FILGUEIRAS, CAC . Percursos de vida e de pesquisa na cidade. Entrevista com Pascale Pichon. *Revista e-Metropolis*, v. 28, p. 50-62, 2017.

ROMANI, O. *Las drogas. Sueños y razones*. Barcelona: Ariel, 1999.

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas (SP). Tese (Programa de Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SANTOS, BS. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.

SAPORI L; MEDEIROS, R (orgs.) *Crack. Um desafio social*. Belo Horizonte, PUC Minas, 2010.

SOUZA, Jessé. *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, 2016.

UCHOA, M.A. *Crack, o caminho das pedras*. São Paulo, Editora Ática, 1996.